

Editorial

Este é um número especial da revista *Psicologia & Sociedade*, que visa a apresentar aos leitores uma parte importante da produção científica brasileira em torno do diálogo da Psicologia Social com a Saúde e suas interlocuções.

Nos anos em que fui editora deste importante periódico, pude observar o quanto essa temática se fazia presente, tanto nos artigos que foram submetidos à revista quanto no interesse de nossos leitores, os quais, em grande parte, provêm da área da Saúde. Tais aspectos denotam a importância dessa temática na atualidade, sua emergência e urgência, e quanto a Psicologia Social pode contribuir com ela, do ponto de vista teórico e metodológico.

Abrimos este número com o artigo de Magda do C. Zurba, intitulado “Contribuições da Psicologia Social para o psicólogo na Saúde Coletiva”, que busca compreender a produção e manutenção de padrões de adoecimento/saúde a partir da vida cotidiana, propondo um modelo de intervenção psicológica voltado às políticas nacionais de saúde mental. Janaína V. da Silva e Juliana P. Corgozinho, no artigo “Atuação do Psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações”, buscaram relacionar a Psicologia ao SUAS/CRAS, através de conceitos da Psicologia Social Comunitária, apontando um modelo de atuação que visa à autonomia dos sujeitos.

“O Corpo e seus Limites: entre o tecnicismo biológico e a narrativa estética”, de autoria de Clara V. de Q. Pinheiro e Cristiane H. Queiroz, aborda a questão do corpo na modernidade, reconhecendo que, a propósito da dimensão subjetiva do corpo, as intervenções tecnocientíficas não determinaram uma descontinuidade entre a modernidade e a chamada “pós-modernidade”. Rafaela Zorzanelli e Francisco Ortega, no artigo “Cultura Somática, Neurociências e Subjetividade Contemporânea”, apresentam as características da cultura somática no ocidente, analisando seus desdobramentos no campo da psicologia.

Barbara P. G. Duarte da Rosa e Monah Winograd, no artigo “Palavras e Pílulas: sobre a medicamentação do mal-estar psíquico na atualidade”, buscam estabelecer interseções entre droga, medicina e sociedade que participam do processo de medicamentação do mal-estar psíquico. “Desigualdades injustas: o contradireito à saúde”, de autoria de Sonia Fleury, analisa dados de pesquisa realizada em hospitais públicos do Rio de Janeiro, a qual visou identificar fatores condicionadores das desigualdades ao acesso e utilização

dos serviços de saúde. O artigo intitulado “Violência e Poder no Discurso Psiquiátrico: da exclusão sistemática às subjetivações normativas”, de autoria Bernardo S. Malamut, Celina Maria Modena e Izabel C. F. Passos, parte de uma pesquisa em um hospital psiquiátrico público, a qual identifica transformações no discurso psiquiátrico e aponta sugestões para uma terceira via discursiva para a reforma psiquiátrica.

Flávia R. G. Ribeiro e Mary Jane Spink, no artigo “Repertórios Interpretativos na Controvérsia sobre a Legalização do Aborto de Fetos Anencefálicos”, apresentam como os sentidos de vida são produzidos na controvérsia moral sobre o aborto induzido a partir dos usos de repertórios interpretativos. O artigo “Psicologia e Políticas Públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões”, de Juliana Perucchi, Fernanda D. Rodrigues, Laíse N. Jardim e Lara B. de Calais, discute sobre a inserção da Psicologia no campo da AIDS e o que pode ser feito no sentido de promover uma reflexão por parte dos(as) psicólogos(as) sobre suas práticas, viabilizando novos olhares e intervenções.

“Narrativas Interativas na Investigação do Imaginário Coletivo de Enfermeiras Obstétricas sobre o Cuidado Materno”, de autoria de Tania M. M. Granato, Miriam Tachibana e Tânia M^a J. Aiello-Vaisberg, traz a investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno, concluindo, por meio da abordagem psicanalítica das narrativas, uma profunda dicotomia entre o ideal materno e a vivência concreta da maternidade. Renata M. Veras e Martha A. Traverso-Yépez, no artigo “O Cotidiano Institucional do Método Mãe Canguru na Perspectiva dos Profissionais de Saúde”, partem de uma pesquisa sobre esse método, apontando que para sua implantação se leve em consideração a complexidade social, econômica e emocional dos profissionais e as limitações estruturais do sistema de saúde pública.

O artigo “Reflexões sobre o Social e o Individual na Experiência do Câncer”, de autoria de Valéria D. Mori e Fernando L. González Rey, discutem os processos subjetivos que se configuram a partir de aspectos da subjetividade individual e social sob a perspectiva histórico-cultural, por meio da experiência de uma paciente com câncer. Simone M. Paulon, Ana M^a Gageiro, Diogo F. C. da Costa, Mário F. P. Londero, Renata G. Pereira, Vânia R. C. de Mello e Raquel H. da Rosa, no artigo “Práticas Clínicas dos Profissionais ‘Psi’ dos Centros de Atenção Psicossocial do Vale do Rio dos Sinos”, apontam, a partir de uma pesquisa intervenção, que os

mesmos profissionais ‘psi’ que sustentam um movimento instituinte de uma nova clínica não se reconhecem como autores das práticas psicossociais que começam a delinear uma clínica da reforma psiquiátrica brasileira.

Janayna A. C. Pinheiro e Leila A. D. Machado, no artigo intitulado “Experiência Clínica por Meio de Imagens Cartográficas”, trazem os resultados de uma pesquisa que acompanhou trajetos cotidianos de moradores de dois Serviços Residenciais Terapêuticos, apontando discussões sobre o que se chama de clínica e rede de atenção em saúde mental, bem como as contribuições dos profissionais de saúde. O artigo “Psicologia na Atenção Básica à Saúde: demanda, território e integralidade”, de Luciene Jimenez, aponta para o desafio de revitalizar tradicionais instrumentos agregando-os à complexidade dos territórios e à busca pela integralidade.

O artigo “A Prática Psicológica na Proteção Social Básica do SUAS”, de autoria de Isabel Fernandes de Oliveira, Candida M^a B. Dantas, Avrairan F. A. C. Solon e Keyla M. de O. Amorim, analisa a atuação do psicólogo nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), destacando suas ações, comparando-as com as demais atividades ofertadas nesses serviços e aponta os desafios da política social e os entraves que acompanham a história da profissão. Tatiana Ramminge e Jussara C. de Brito, no artigo “‘Cada CAPS é um

mental’”, utiliza o dispositivo metodológico da Comunidade Ampliada de Pesquisa, estabelecendo um diálogo dos saberes acadêmico e dos saberes da experiência cotidiana dos trabalhadores dos CAPS, para compreender quais são os recursos, meios e normas disponíveis para o desenvolvimento do trabalho em saúde mental.

Carlos Alberto S. Garcia Jr., Filipe C. Furlan, Vivian R. Borges e Vera Lucia Pasini, no artigo “Micropolítica em Saúde Mental: um processo histórico em uma instituição de saúde”, apresenta uma reflexão, cujo caminho remonta à construção das bases da atenção à saúde mental, através de uma aproximação de uma abordagem metodológica cartográfica. Finalizamos este número com o artigo intitulado “O 18 de Maio como Espaço de Investigação e Formação”, de autoria de Angela M^a D. Fernandes e Emanuella C. Joca. As autoras trazem resultados de uma pesquisa-intervenção analisando como a sociedade construiu um espaço institucionalizado da doença mental que ultrapassa os muros dos manicômios formando subjetividades.

Com a publicação deste Número Especial, queremos dar visibilidade à grande e qualificada produção científica da Psicologia Social voltada às questões da Saúde e suas interlocuções, apontando para o fato da emergência de práticas PSI no campo das políticas públicas como objeto de estudos acadêmicos.

Esperamos que estes artigos se façam inspiradores para futuras investigações e publicações, desejando uma produtiva e excelente leitura a todos!